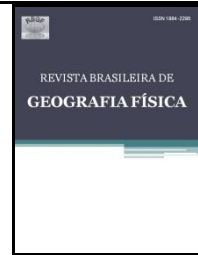




Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgf



O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável

Judite Medina do Nascimento¹, Antero Emílio Lopes², Zuleica Samira Pires³

¹Doutoramento em Ordenamento do Território - Urbanismo. Professora auxiliar na Universidade de Cabo Verde, cidade da Praia, Cabo Verde. Endereço eletrônico: judite.nascimento@adm.unicv.edu.cv; ²Licenciado em Geografia - Ordenamento do Território. Mestrando em Vulcanologia e Risco Geológico, Universidade dos Açores; ³Licenciada em Geografia - Ordenamento do Território. Técnica da Associação de Municípios de Santiago, cidade da Praia, Cabo Verde.

Artigo recebido em 10/10/2012 e aceito em 11/10/2012

RESUMO

O Município da Praia é o maior de Cabo Verde, com 26,8% da população do país. Trata-se de um Município onde persistem os problemas ambientais ligados à escassez de equipamentos sanitários, ao déficit de infraestruturas e de serviços urbanos. O presente artigo tem como objetivo explorar a seguinte questão de pesquisa: Que modelo de gestão urbana está a ser implementado no Município da Praia e até que ponto ele contribui para o seu desenvolvimento sustentável? Para podermos responder a essa questão baseámo-nos na nossa pesquisa numa análise ao mesmo tempo sincrónica, e diacrónica. Adotámos uma abordagem ideográfica e, paralelamente, uma abordagem nomotética. Para além da análise de estatísticas e informações qualitativas, fizemos observações diretas. A pesquisa levou-nos à constatação de que no Município da Praia se está a viver um momento de mudança de paradigma de gestão urbana. Descortinamos indícios de governança e de sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: desenvolvimento, sustentabilidade, gestão, governança, urbano.

The Municipality of Praia: Governance and Sustainable Urban Development

ABSTRACT

The city of Praia is Cape Verde's largest, with 26.8% of the population. It is a city where over the environmental problems related to the lack of sanitation, the lack of infrastructure and urban services. This article aims to explore the following research question: Which model of urban management is being implemented in the municipality of Praia and the extent to which it contributes to sustainable development? In order to answer this question we based our research on both synchronic analysis, and a diachronic analysis. We adopted an ideographic approach, and a parallel nomothetic approach. In addition to the analysis of statistics and qualitative information, we made direct observations. Our research led us to several conclusions, among which the fact that the City of Praia is experiencing a moment of paradigm shift in urban management. Unfold evidence of governance and urban sustainability.

Keywords: development, sustainability, management, governance, urban.

1. Introdução

O Município da Praia é o maior de Cabo Verde, com uma superfície de 96,8 Km², correspondente a 2,4% da superfície emersa do arquipélago de Cabo Verde. O Município tem uma população de 131 719 habitantes e integra a cidade da Praia, capital do País. O arquipélago de Cabo Verde está situado a

cerca de 500Km da costa ocidental do continente africano. O país tem uma superfície emersa de 4033 Km² e a sua zona económica exclusiva tem cerca de 734 000 Km².

O Arquipélago é constituído por 10 ilhas (uma das quais inabitada), e concentra, segundo o último censo realizado em 2010, 491 875 habitantes. O último recenseamento, de 2010, mostrou que existe uma ligeira

*E-mail para correspondência: judite.nascimento@adm.unicv.edu.cv (Nascimento, J. M.).

preponderância da população feminina (50,5%), sobre a masculina (49,5%), sendo esta tendência mais acentuada no meio rural. Do total da população do País, 274 044 habitam a ilha de Santiago, o que corresponde a 55,7%. O Município da Praia, onde se situa a capital do país (com o mesmo nome) e objeto do presente artigo, concentra 131 719 residentes o que totaliza 26,8% da população residente do arquipélago.

O estatuto de capital tem determinado uma orientação específica ao crescimento e ao desenvolvimento da cidade da Praia. Trata-se do principal centro de gravidade político, económico e administrativo do país. Para a cidade da Praia convergem e divergem quase todos os sistemas de fluxos económicos e demográficos com outros municípios do país e com outros países a nível internacional.

O presente artigo tem como objetivo explorar a seguinte questão de pesquisa: Que modelo de gestão urbana está a ser implementado no Município da Praia e até que ponto ele contribui para o seu desenvolvimento sustentável?

2. Material e Métodos

Para podermos responder a essas questões baseámos a nossa pesquisa numa análise ao mesmo tempo sincrónica, ao tentarmos entender o sistema de gestão urbana e seu reflexo nas diferentes áreas residenciais no momento atual, e numa análise diacrónica pela comparação com outras experiências passadas no Município da

Praia.

Adotámos uma abordagem ideográfica, tentando descrever o nosso objeto de pesquisa para conhecermos melhor as suas características mais específicas. Adotámos paralelamente uma abordagem nomotética ao basearmo-nos nessa descrição para descortinarmos as semelhanças e diferenças entre as características das diferentes unidades residenciais para compreendermos melhor o sistema e o que facilitará as nossas conclusões e propostas.

Para além da análise de estatísticas e informações qualitativas recolhidas durante a pesquisa documental, fizemos observações diretas para recolha de informações no terreno.

2.1 Os conceitos: governança urbana, sustentabilidade urbana e desenvolvimento sustentável

No presente ponto do nosso artigo, pretendemos responder às seguintes questões de base: Como entendemos os conceitos de governança urbana, sustentabilidade urbana e desenvolvimento sustentável? Que princípios regem o sistema de gestão urbana no Município da Praia atualmente? Até que ponto esses princípios orientam-se para uma gestão sustentável da cidade? Que princípios de governabilidade e/ou de governança urbana se podem identificar no modelo de gestão urbana atual? Qual o papel dos atores do sistema urbano na gestão da cidade?

Os conceitos de governança urbana e de

desenvolvimento sustentável, no âmbito da nossa análise estão intimamente relacionados. Entendemos a governança urbana como um sistema de gestão baseado nos princípios da participação e da sustentabilidade, em que as decisões implicam a mobilização e a coordenação de atores da cidade e em que a realização de grandes projetos urbanos é coletivamente e democraticamente negociada, por iniciativa de um ou mais atores, na perspectiva de um ordenamento e de um desenvolvimento sustentável do espaço urbano.

Segundo a UN-HABITAT (2004, p. 1) *“Urban governance can be defined as the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, plan and manage the common affairs of the city. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and cooperative action can be taken. It includes formal institutions as well as informal arrangements and the social capital of citizens”*.

Nota-se, pelas duas definições, que a participação e a cooperação dos atores (públicos e privados) são princípios basilares do conceito de governança.

A governança urbana, na aceção da UN-HABITAT (2004), é um exercício de política económica, social e administrativa, na gestão de uma entidade urbana. Nesse exercício de gestão, os atores públicos, privados e a sociedade civil são os 3 grandes grupos de atores, que cooperam na defesa dos interesses

comuns que acabam por abranger os interesses da entidade urbana, no global. Cada um dos grupos de atores desempenha o seu papel concreto, que no sistema das relações entre os 3 grupos referidos, é complementar ao dos outros dois grupos. O governo (atores públicos) traça políticas, constrói diretrizes, cria legislação e regulamentação e se responsabiliza pela gestão e estabilidade do ambiente institucional. O setor privado cria empregos e multiplica o capital, necessário à dinâmica e ao desenvolvimento do sistema. A sociedade civil abrange os vários interesses dos vários grupos sociais, facilitando as interações políticas e sociais e o diálogo no seio do ambiente urbano (Banachowicz e Daniechowicz, 2004).

O espírito da boa governança requer uma interação ativa e construtiva e um engajamento efetivos dos 3 principais grupos de atores (setores público e privado e sociedade civil) (UN-HABITAT, 2004). O seu engajamento deve ser baseado numa efetiva participação de todos os setores.

O desenvolvimento urbano sustentável traz subjacente a ideia de durabilidade, de solidariedade intergeracional e equidade, que constituem princípios definidos na declaração do Rio, a conhecida Agenda 21. Adotaremos aqui a perspectiva de Maclaren (2004), que distingue o conceito de desenvolvimento urbano sustentável do de Sustentabilidade urbana. O desenvolvimento urbano sustentável seria então o processo através do qual se poderá atingir a sustentabilidade

urbana, que por sua vez consistiria no conjunto de condições ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais desejadas e que persistem no tempo.

Essas condições, segundo a mesma autora, estão relacionadas essencialmente com: a) equidade intrageracional e intergeracional – a autora incluiu a equidade social, a equidade geográfica (necessidade de promover o crescimento econômico e o bem-estar de uma comunidade sem provocar a degradação de outra comunidade) e a equidade no poder de decisão (governança); b) conservação do ambiente (devendo as populações viver de acordo com as suas capacidades, utilizando o mínimo de recursos não renováveis; c) autoconfiança comunitária; d) vitalidade e diversidade econômica; e) bem-estar coletivo e individual; f) satisfação das necessidades individuais; g) autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão) e h) preservação da diversidade cultural.

Para se atingir a sustentabilidade urbana é necessário que os cidadãos participem na tomada de decisões importantes para a vida da cidade. Esta participação deve ser efetiva e de qualidade. Para isso é preciso que os cidadãos estejam informados e tenham capacidade para fazer uma análise crítica da informação e dos fatos para poderem dar um contributo válido e efetivo ao sistema de gestão. Para além disso, numa sociedade como a cabo-verdiana, onde culturalmente a participação pública não está enraizada nos hábitos da população, onde esta

ainda não tem consciência dos impactes e da importância de participar, e onde os detentores do poder têm ainda alguma dificuldade em introduzir este princípio nas suas ações e decisões, é necessário um trabalho profundo de sensibilização e formação de todos os atores da cidade para provocar uma mudança de mentalidades com vista a uma mudança dos paradigmas de gestão enraizados. *“Os cidadãos necessitam conhecer as realidades e os problemas inerentes a um desenvolvimento sustentável a diferentes escalas, da local à global e desenvolver um certo número de competências, atitudes e valores que lhes permitam exercer individualmente, e em conjunto, uma cidadania ativa em prol de um desenvolvimento que tenha em conta não só as necessidades atuais mas as necessidades das gerações futuras”* (Ferreira, 2001, p. 64).

Adotando essa perspectiva de abordagem, que nos parece ser adequada ao nosso contexto, propomo-nos começar por tentar compreender o funcionamento do sistema de gestão e os princípios que o regem através da análise do organograma funcional e de informações sobre o funcionamento e intervenções urbanísticas da Câmara Municipal. Teremos igualmente em conta a opinião da população sobre o sistema de gestão, utilizando para tal os resultados de um questionário aplicado há dois anos. Verificaremos até que ponto o sistema instaurado se articula com os princípios e condições da governança e da

sustentabilidade urbana.

3. Resultados e Discussão

3.1 O sistema de gestão urbana no Município da Praia

O atual Município da Praia tem uma população quase totalmente urbana (97,1 % do total de 131 719 residentes atuais, segundo o censo 2010). A área urbana é caracterizada pela predominância do habitat precário, na maior parte das vezes informal (construído sem licenciamento e sem seguir os trâmites legais de registo de propriedade). Somente na parte Sul da cidade da Praia (capital do Município e capital do País) se nota um maior ordenamento dos bairros e um habitat mais cuidado. Na parte Norte da cidade da Praia, somente a parte Oeste do bairro de Achada São Filipe é urbanizada.

Apesar das muitas iniciativas verificadas ao longo dos tempos, em prol do ordenamento do espaço da cidade (é muito conhecida a intervenção do então governador João da Mata Chapuzet, ainda no século XIX, com a imposição da obrigatoriedade de respeitar o alinhamento das vias e de caiar as fachadas, o alargamento das ruas e passeios, entre outras medidas), nunca tinha sido instituído propriamente um sistema de gestão urbana, que aliás também não existia nas restantes ilhas do Arquipélago. No caso particular da cidade da Praia, os impactes dessa falta de planificação e ordenamento sistematizado foram e são mais profundos, visto tratar-se da cidade capital do país, centro

de gravidade económica e política, atraindo pessoas de todos os quadrantes do país e do estrangeiro.

A ausência de um sistema formal de planeamento e ordenamento, capaz de fazer face à demanda de uma população progressivamente crescente, jovem e culturalmente diversificada, fez com que a cidade crescesse de forma desordenada, na maior parte da sua extensão.

A ausência e ou falta de implementação das normas urbanísticas (pela falta de um sistema formal de planeamento e ordenamento), criou oportunidades à especulação fundiária clandestina e constitui um dos fatores que contribuem para o crescimento espontâneo/informal.

Verifica-se atualmente uma mudança de paradigma de gestão urbana com a criação de gabinetes de estudo e planeamento em vários municípios. Embora ainda não se tenha atingido um nível satisfatório, pois alguns municípios ainda não se apetrecharam com técnicos qualificados em planeamento e gestão urbana, é de assinalar o facto de todos os municípios já possuírem um Plano Diretor Municipal (PDM), em fase final de elaboração, aprovado ou em fase de aprovação, ferramenta que pode ter repercussões positivas para o desenvolvimento mais equilibrado e integrado dos centros urbanos.

Um dos princípios de base da governança é a participação pública. Os termos de referência para a elaboração dos

PDM em Cabo Verde, dão especial atenção a aspetos como o equilíbrio, a sustentabilidade e a participação pública. Todos os Planos devem ser submetidos à consulta pública, por um período de 90 dias. Para além disso, ao longo do processo de elaboração dos PDM, desenvolvem-se vários momentos propiciadores de consulta pública para permitir aos cidadãos conhecer e participar na definição das propostas.

Os estatutos dos Municípios de Cabo Verde, publicados pela lei 134/IV/95, atribuem autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa e organizacional às autarquias. Esse nível de autonomia nos leva à condição g), uma das que caracterizam a sustentabilidade urbana, identificadas por Maclaren, e que se refere à autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão). Cabo Verde está a criar as condições de base para o desenvolvimento urbano sustentável. A legislação é muito mais abrangente do que no passado e os Municípios estão cada vez mais atentos às questões urbanas, sobretudo após a elevação de todas as capitais de Município à categoria de cidade.

Todas as cidades de Cabo Verde conhecem processos de expansão em mancha de óleo que acompanham normalmente a estrutura da malha viária interna dos aglomerados. Ao longo do tempo, assistimos também a um preenchimento intersticial que corresponde normalmente à ocupação das encostas e vales. Os bairros desenvolvem-se

ao longo das principais vias e nos planaltos e Planícies. A ocupação das encostas é uma realidade em todas as cidades, logicamente menos acentuada ou inexistente nas cidades que se desenvolvem em áreas planas.

Na cidade da Praia, o crescimento acelerado da população, num contexto em que os recursos, tanto humanos como financeiros, são insuficientes, provoca desequilíbrios espaciais graves com repercussões sobre o desenvolvimento urbano e sobre as condições de vida dos praienses, determinando as características actuais da cidade. A Câmara Municipal não tem tido capacidade (principalmente recursos) para construir um sistema que, em termos de serviços, infraestruturas e equipamentos, possa fazer face à essa dinâmica demográfica, respondendo às necessidades da população residente (Nascimento, 2010).

Podemos verificar, na cidade da Praia, que a ocupação se inicia em mancha de óleo sobre os Planaltos, vai-se alastrando em linha ao longo das principais vias de acesso e depois vai preenchendo os interstícios descendo as encostas e ocupando o leito das ribeiras.

A Figura 1 representa a ocupação da Achada Grande de Frente e do bairro de Lém Ferreira, o fundo do vale (a Praia Negra) o Planalto do Platô (sítio histórico da cidade), Chã-d'Areia, o Planalto da Achada Santo António e, em último plano, o planalto do Palmarejo. Pela imagem pode-se verificar não só essa sequência da ocupação do espaço

como também a justaposição dos espaços onde predomina a habitação informal, relativamente àqueles onde predomina a

habitação formal (construída com licenciamento e que cumpre todos os requisitos formais de registo de propriedade).



Figura 1. Ocupação do espaço na cidade da Praia

Com a nova legislação, todos os Municípios são obrigados a criar condições para o planeamento e gestão urbanística. O Município da Praia, objeto do presente artigo, estruturou a sua orgânica de forma a abarcar áreas fundamentais para o desenvolvimento urbano. Apesar de ainda não se verificar uma presença física dos serviços da Câmara Municipal, os seus técnicos e vereadores realizam visitas aos bairros da cidade e já se

nota uma maior rigidez no controlo do crescimento informal, acompanhado de programas de regularização da situação de ilegalidade, construção de habitação social, reabilitação urbana (reabilitação das ruas, pavimentação de ruas e passeios), construção de equipamentos desportivos e de lazer (Figura 2), construção/reabilitação das rotundas da cidade.



Figura 2. Exemplo de equipamentos nos *fitnesspark's* da cidade da Praia

Os serviços de atendimento que anteriormente estavam distribuídos por dois edifícios em dois bairros diferentes (Platô e Fazenda), estão agora concentrados na Fazenda e o atendimento é todo efetuado em

openspace com ordenação eletrónica. O fato de a informação estar totalmente informatizada, acelerou o atendimento e aumentou a sua qualidade. Essa mudança de paradigma da gestão urbanística e o tipo de

intervenções que se verificam nos últimos tempos, poderá provocar um efeito multiplicador positivo sobre a urbanidade dos cidadãos: maior envolvimento com a cidade (espaço exterior à habitação, equipamentos e infraestruturas urbanas), elevação da sua autoestima, maior apropriação do espaço pelos residentes e portanto maior cuidado com a cidade, com a fachada e arredores da sua habitação.

O sistema de gestão do Município da Praia tem uma estrutura orgânica composta por (Figura 3):

- Presidente, que trabalha diretamente com 8 vereadores que se responsabilizam pelas áreas-chave do desenvolvimento urbano: a economia e finanças; o ordenamento da cidade; a segurança e a protecção civil;

Juventude e assuntos jurídicos; o ambiente e saneamento; a cooperação, descentralização e formação; a cultura, a formação profissional, educação e desportos e a acção social;

- O Gabinete de informação, comunicação e de qualidade; a Direcção de gestão Financeira, fiscal e patrimonial e a Direcção de recursos humanos, trabalham diretamente com o Presidente da Câmara Municipal.
- Cada uma das áreas-chave do desenvolvimento urbano tem uma ou mais Direcções que se ocupam da gestão do Município nos domínios da sua competência e dependem diretamente do vereador da área correspondente.

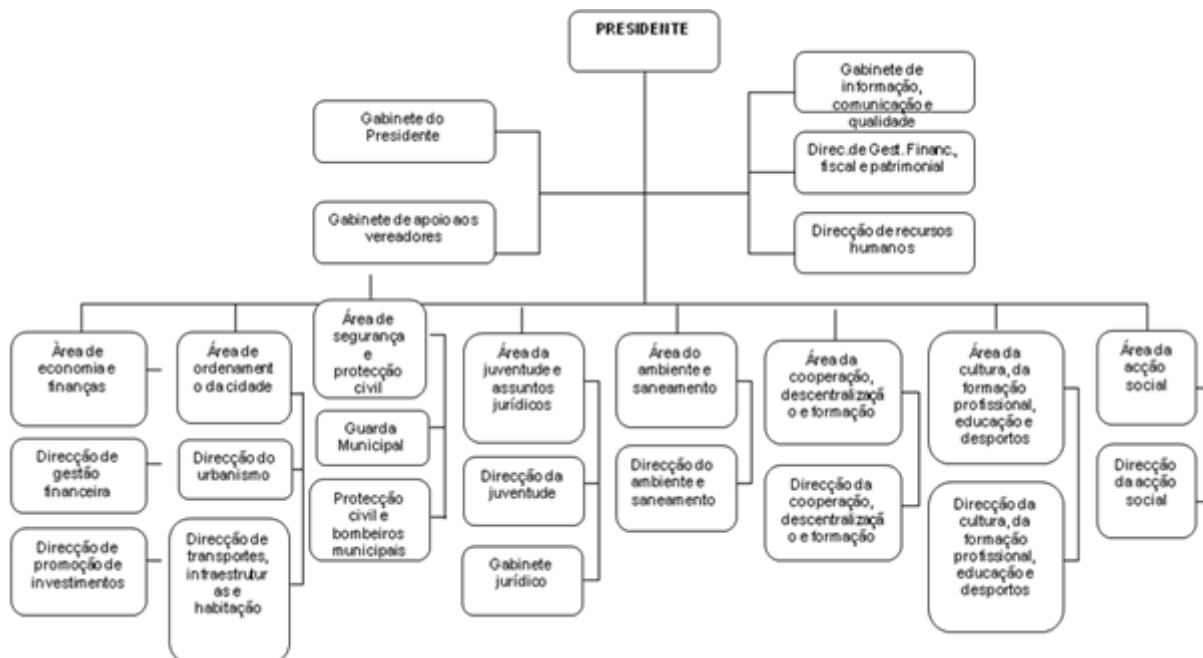


Figura 3. Organograma funcional do Município da Praia. Fonte: GJCMP (2008)

Nota-se que, em termos da orgânica do Município, para que seja possível uma aproximação sistemática e efetiva do sistema

de gestão relativamente aos cidadãos nos bairros, a Câmara já tem uma estrutura equilibrada mas ainda resta criar um gabinete

ou departamento de gestão dos bairros, com representações nas diferentes áreas residenciais da cidade, formadas por conjuntos de bairros que seriam agrupados segundo critérios específicos.

Em 2010 fizemos uma proposta de divisão da cidade em 10 setores urbanos, resultantes do agrupamento de bairros com características semelhantes e vizinhança geográfica, segundo critérios bem definidos (para uma apreciação mais profunda da proposta ver Nascimento, 2010). Propusemos que em cada um dos setores urbanos se criasse Unidades Desconcentradas da Direcção de Urbanismo através da qual os cidadãos se relacionariam com a Câmara Municipal e que acompanharia o crescimento e desenvolvimento urbano dos bairros. A nossa proposta prevê uma articulação e uma parceria estreita com a sociedade civil e com as instituições privadas e públicas. A ideia era aproximar o sistema de gestão dos cidadãos, permitindo-lhes aceder rapidamente aos serviços municipais e participar nas decisões e na vida da cidade.

Essa abordagem, ao ser implementada, conduziria à uma democracia participativa com efeitos multiplicadores positivos sobre o sistema de gestão e sobre os cidadãos, imprimindo uma nova dinâmica à cidade e garantindo maior sustentabilidade e eficácia da gestão e da planificação. Facilitaria o sistema de gestão que veria as suas propostas e programas serem apropriados rapidamente pela população e mais facilmente se poderia

trabalhar as mentalidades com vista a uma maior difusão da urbanidade no seio dos residentes e visitantes da cidade. A parceria com instituições públicas e privadas levaria à viabilização mais rápida dos projetos e programas, cujos custos e responsabilidades seriam partilhados. O sistema proposto previa a criação de condições nas Unidades Desconcentradas da Direcção de Urbanismo para o acompanhamento e monitorização do crescimento dos bairros garantindo que as decisões fossem tomadas com base em informações concretas e atualizadas sobre a realidade dos mesmos.

3.2 O desenvolvimento urbano sustentável no Município da Praia.

3.2.1 Análise dos fatores de sustentabilidade urbana

A nova estrutura orgânica da Câmara Municipal permitiu distribuir responsabilidades pelos vários pelouros (que trabalham em articulação). Nos últimos meses tem-se assistido à inauguração de equipamentos desportivos e de lazer (é o exemplo dos 7 *fitnesspark's* distribuídos por vários bairros da cidade, no âmbito de um programa de promoção de atividades desportivas e bem-estar dos praienses) (Figura 2). É de salientar que a maioria desses *fitnesspark's* localizam-se em bairros pobres (como Monte Vermelho, Safende, Achadinha, Kelém, etc). Tradicionalmente esse género de intervenções era feito em bairros urbanizados da cidade e essa atenção programada e

sistematizada em relação aos bairros mais pobres é um sinal de que no Município da Praia estão-se a criar as condições para um desenvolvimento urbano mais equitativo e próximo dos cidadãos. Os praienses, em pelo menos 6 bairros da cidade, poderão exercitar-se ao ar livre e sem custos durante as caminhadas (ao amanhecer e ao fim do dia) que são muito concorridas na cidade da Praia, por pessoas de diferentes idades e níveis sociais, sobretudo nas calçadas da Avenida Marginal.

A Câmara Municipal criou um fórum no

seu *site*, através do qual os cidadãos podem participar com sugestões e críticas nas decisões da Câmara Municipal no que concerne à vida da cidade, o que constitui mais um fator de desenvolvimento sustentável. No entanto, as estratégias para o desenvolvimento da urbanidade nos cidadãos devem ser mais concretas para que as pessoas se apropriem dos espaços e dos equipamentos e infraestruturas coletivos de forma a protegê-los conservá-los. Persistem na Praia atos de vandalismo como o que se pode observar pela Figura 4.



Figura 4. Destruição de um vaso na rua pedonal 5 de Julho, no Centro Histórico (Platô)

Não se trata de um caso isolado pois também se têm denunciado casos de destruição ou roubo de sinais de trânsito. Há indícios que levam a pensar que esses roubos se relacionam com o aproveitamento do aço dos tubos de suporte do sinal.

Para além dos *fitness park's*, alguns bairros pobres da cidade da Praia (Achadinha Pires, por exemplo), têm beneficiado de placas desportivas que contribuirão certamente para uma maior ocupação dos tempos livres dos jovens e poderão provocar um efeito positivo no sentido da redução do vandalismo e da criminalidade.

No sentido de promover a urbanidade têm-se desenvolvido programas de formação como o exemplo do que teve como público-alvo as vendedeiras do mercado do Sucupira. A referida formação visava ajudar a elevar a autoestima das vendedeiras, melhorar o seu comportamento e a sua relação com os clientes, com a cidade e com o mercado onde desenvolvem a sua atividade económica.

A requalificação e dinamização da rua 5 de Julho no Platô, a requalificação e dinamização do parque 5 de Julho (ordenamento do parque, recuperação da *casa palha*, construção de uma placa para prática

de Skate e patins, e abertura de um centro de educação ambiental), a construção de praças e miniparques infantis em vários bairros da cidade, a pavimentação das ruas e construção de passeios, lancis de segurança e redutores de velocidade (reduzindo os riscos de atropelamentos) contribuirão para intensificar a relação dos praienses com a cidade (com o espaço exterior à sua habitação e ao seu bairro) o que poderá conduzir a uma maior permanência no exterior da habitação, intensificação do controlo social, redução da insegurança urbana, maior apropriação e cuidado com o espaço urbano e consequentemente, maior urbanidade.

Essa intensificação da relação homem/espaço poderá ser interpretada através do que Doxiadis (1968) designou de As fronteiras e limites do ser humano. Segundo este autor, o homem, na sua relação com o espaço, depara-se com uma série de fronteiras/limites cuja dimensão e impacte dependem de vários fatores de diversa ordem e variam de pessoa para pessoa.

Doxiadis (1968) identificou 8 limites: O corpo; O gesto imediato; O domínio visual; O espaço privado /apropriado (o lar); O bairro; O espaço de anonimato/a cidade; A região e a agenda e O espaço de projetos, o vasto mundo. A intensidade da relação do homem com o espaço varia na razão inversa da distância ao primeiro limite, O corpo. O homem tem uma relação muito estreita com o próprio corpo mas também com os objetos e com o espaço do gesto imediato, o segundo

limite, que constitui o ambiente imediato ao corpo, com o qual o indivíduo contacta quotidianamente por um simples gesto sem mudar de lugar. Esses limites são, por vezes, abstratos mas podem coincidir com os limites dos objetos que se manipula (mesa de trabalho, objetos de trabalho, objetos de contacto direto e imediato). O terceiro limite circunda o espaço do *domínio visual* que corresponde ao ambiente que entra na esfera do campo visual da pessoa, por exemplo a divisão onde passa muito tempo (pode ser a sala onde trabalha). Trata-se do território oticamente fechado e coberto pelo campo visual do indivíduo. Os limites da divisão, que constitui o domínio visual, são concretos e visíveis (as paredes, janelas e portas). Para além desse limite, o homem confronta-se com outro limite, ainda muito familiar, *O espaço privado /apropriado*, que corresponde aos limites do seu lar, que é privado e com o qual ele tem uma relação muito íntima, embora menos intensa do que com os anteriormente citados. Trata-se da camada individual, inviolável, aberta por uma chave, cujos limites são as portas, paredes e janelas exteriores. Trata-se do espaço apropriado, privado, o refúgio onde o indivíduo se faz rodear de entes e objetos queridos. Trata-se do seu território privado onde é dono, senhor e mestre. Aqui as fronteiras são muito concretas e rígidas, cujas regras e liberdades se diferenciam nitidamente da zona exterior. As suas fronteiras são também os limites entre a apropriação pessoal /privada e a

coletiva/pública.

Pelo que pudemos observar, os praienses têm uma relação muito íntima com os espaços circundados por esses quatro limites, mas a partir dos limites do seu lar (paredes exteriores, janelas e portas) a relação torna-se de tal maneira frágil que a maioria nem se preocupa com o arranjo da fachada nem com o cuidado dos arredores do lar. O impacto ambiental é visível pelas fachadas inacabadas e pela predominância do cinzento do cimento na paisagem urbana da cidade da Praia (mesmo em algumas áreas dos bairros urbanizados). O grande desafio da Governança urbana é o de criar mecanismos para intensificar a relação dos praienses com o quinto e o sexto limite, correspondentes respetivamente ao bairro e ao espaço de anonimato/a cidade. Para tal é necessário trazer a população para esse espaço e fazer com que se aproprie do mesmo e dos seus equipamentos e infraestruturas, desenvolvendo o sentimento de pertença e o de responsabilidade perante estes. A construção dos *fitness park's*, das praças e das placas desportivas poderão constituir mecanismos eficazes para atingir este

objetivo. A requalificação das ruas e a construção de blocos residenciais estruturados nos bairros com aspeto mais precário (por exemplo os que estão a ser construídos no âmbito do programa do Governo designado Casa para todos) também poderão exercer um efeito de vizinhança, aumentar a autoestima e indiretamente estimular os moradores a darem mais atenção ao aspeto das fachadas.

3.2.2 Acesso às infraestruturas e serviços urbanos e identificação dos principais problemas ambientais

O recenseamento de 2010 (INE 2010) mostrou que o acesso das famílias à rede de distribuição de água potável na cidade da Praia está ainda abaixo dos 50% (o valor era de 49,7% no momento do recenseamento). O Município da Praia encontra-se entre os 8 Municípios com menor nível de acesso à rede pública de água potável (Figura 5). Trata-se do maior Município de Cabo Verde, concentrando 131 719 dos 491 875 residentes em Cabo Verde no momento do recenseamento (o que corresponde a 26,8% do total do país).



Figura 5. Grandes filas de espera nos chafarizes da Praia

Nos bairros mais pobres da cidade o cenário que se pode observar na Figura 5 é quotidiano junto aos chafarizes. Nos últimos anos, a instalação de chafarizes amovíveis melhorou significativamente os níveis de acesso à água potável nesse tipo de bairros.

Para agravar a situação dos baixos

níveis de acesso à rede pública de acesso à água potável, problemas técnicos na central de dessalinização da Praia têm provocado irregularidades na distribuição em toda a cidade o que tem causado muitos problemas aos praienses.

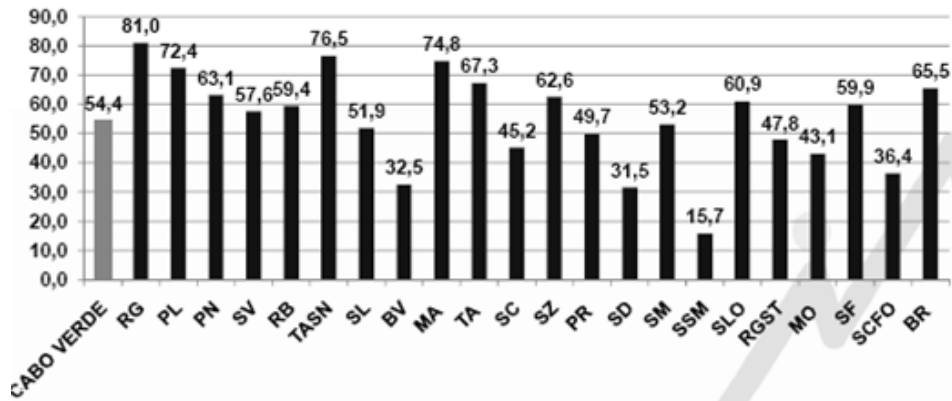


Figura 6. Alojamentos com acesso à rede de distribuição de água potável nos Municípios de Cabo Verde. Fonte: INE (2010)

Ao contrário do que se passa no concernente à água, o acesso à energia elétrica atinge 92% dos alojamentos familiares do Município (INE, 2010). Praia é o Município com maior nível de acesso à eletricidade (Figura 7). Esses valores incluem as ligações clandestinas à rede oficial e que infelizmente

são em grande número.

As ligações clandestinas, como a ilustrada na Figura 8, ainda são muito frequentes, apesar das medidas adotadas pela ELECTRA (empresa que detém o monopólio da exploração da rede).

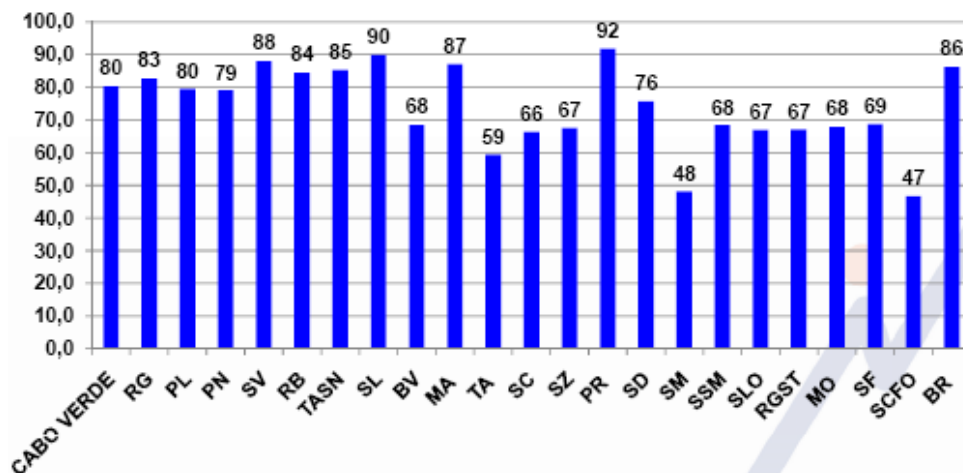


Figura 7. Alojamentos com acesso à energia elétrica nos Municípios de Cabo Verde. Fonte: INE (2010)



Figura 8. Exemplos de ligações clandestinas

As ligações clandestinas, para além do prejuízo à empresa de eletricidade também têm provocado mortes entre os próprios moradores dos bairros devido à precariedade das mesmas (Figura 8). Os fios encontram-se a céu aberto e as pessoas, sobretudo as crianças, correm o risco de os pisar e de serem eletrocutados.

Um dos problemas ambientais mais marcantes da cidade da Praia é provocado pelo défice de instalações sanitárias nos

alojamentos familiares (Figura 9). O Recenseamento Geral da População e Habitação de 2010 registou 32% das habitações sem instalações sanitárias. Isso faz com que as pessoas utilizem o espaço público para a satisfação das suas necessidades fisiológicas. Esta prática provoca, em alguns bairros da cidade e sobretudo na época das chuvas, impactes ambientais ligados à poluição atmosférica e dos recursos hídricos subterrâneos.

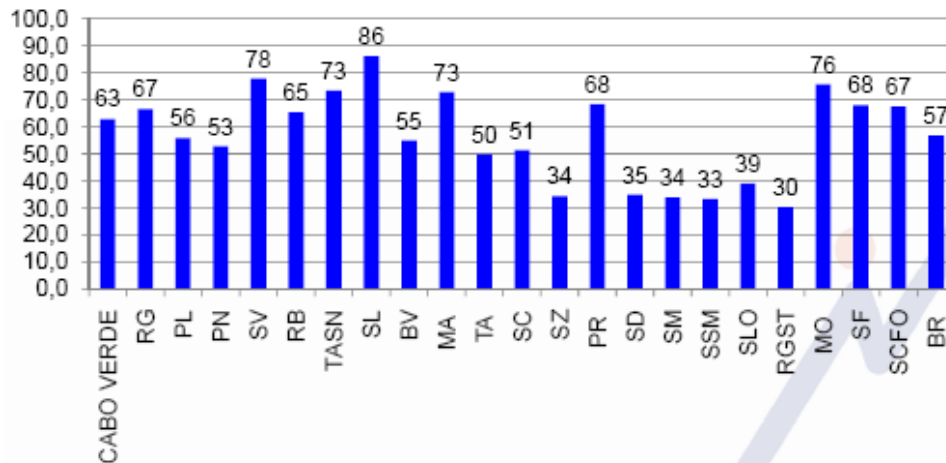


Figura 9. Alojamentos com instalações sanitárias nos Municípios de Cabo Verde. Fonte: INE (2010)

A evacuação das águas residuais pela rede de esgoto é incipiente. A Figura 10 nos mostra que na cidade da Praia somente 20% das famílias viviam em alojamentos com sistema de esgoto (no momento do recenseamento) para a evacuação das águas

residuais. Para além da Praia (que atingia o valor mais elevado), somente no Porto Novo e em São Vicente o valor de famílias que utilizam a rede de esgoto para se desfazer das águas residuais ultrapassava os 10%.

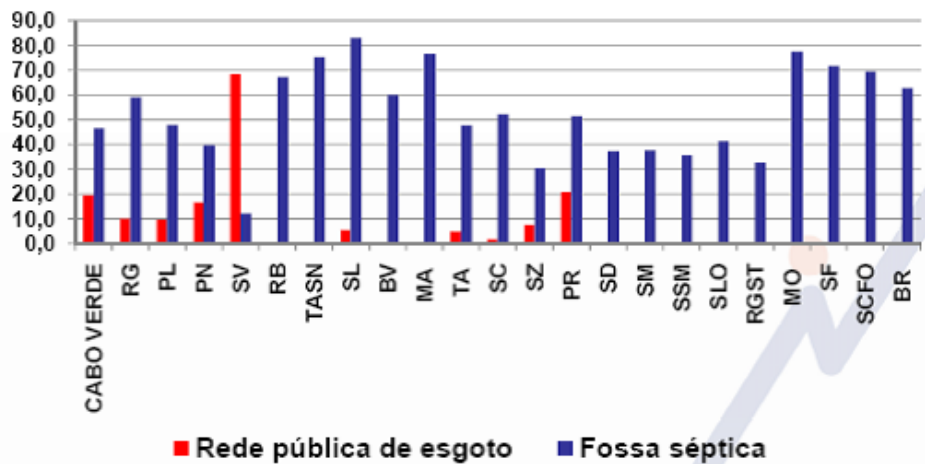


Figura 10. Alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais nos Municípios de Cabo Verde. Fonte: INE (2010)

A fossa séptica é mais frequente nos alojamentos familiares cabo-verdianos do que as ligações à rede de esgotos. Mais de 51% das famílias utiliza a fossa séptica para evacuar as águas residuais. No entanto, persistem cerca de 30% que utiliza a natureza e o redor das casas para esse fim, o que constitui mais um problema ambiental grave devido às consequências da água suja ao ar livre (desenvolvimento de mosquitos e outros vetores transmissores de doenças, acumulação de água em poças lamacentas, que para além de desfearem a paisagem, exalam um cheiro nauseabundo).

4. Conclusões

A cidade da Praia é confrontada quotidianamente com problemas que resultam da forte concentração de pessoas originárias de vários quadrantes do País e do estrangeiro. Não está suficientemente preparada, no que respeita aos serviços urbanos e equipamentos e infraestruturas para fazer face às necessidades dessa população tão heterogênea

e crescente. Os diferentes bairros da cidade da Praia apresentam níveis de conforto diferenciados, mesmo díspares, verificando-se contrastes marcantes a todos os níveis (dimensão do alojamento *versus* dimensão das famílias, qualidade do alojamento, tipo de ordenamento dos passeios, existência de equipamentos e infraestruturas de lazer, etc).

O modelo de gestão existente atualmente demonstra uma reestruturação positiva, em relação ao modelo anterior. Em termos de estrutura orgânica, os serviços existentes poderão cobrir aspetos importantes da vida da cidade. No entanto, é necessário desenvolver estratégias para uma redução efetiva das disparidades e aumento do acesso aos serviços de urbanismo (acesso a terrenos para construção de forma legal, obtenção rápida de licenças de construção, legalização das habitações ilegais construídas fora das zonas de risco, etc). A reestruturação do sistema de gestão deverá passar pela adoção dos princípios de sustentabilidade, participação e proximidade com os residentes.

Uma maior proximidade e participação dos residentes provocariam uma intensificação dos sentimentos de apropriação e pertença o que teria efeitos multiplicadores positivos sobre a urbanidade dos cidadãos e intensificaria a sua relação com o bairro (em particular) e com a cidade (em geral). Um desenvolvimento sustentável, com respeito pelo equilíbrio ecológico e também económico, traria repercussões positivas duráveis sobre a cidade e seus residentes atuais e futuros e daria corpo a um sistema de *Governança urbana*. Pudemos observar, durante a nossa pesquisa de campo, que algumas destas condições estão a ser criadas mas é necessária uma maior sistematização das intervenções para que os efeitos positivos da mesma sejam sentidos por todas as famílias praienses independentemente do nível social.

Deve-se consolidar e institucionalizar as iniciativas que ora tendem a generalizar-se, de construção de equipamentos e infraestruturas de lazer, com vista a desenvolver o bem-estar dos residentes e visitantes da cidade.

Recomenda-se o desenho de estratégias que permitam aos sistema tornar-se impermeável aos impactes das mudanças políticas (que poderão alicerçar-se na intensificação efetiva da participação das populações na tomada de decisões importantes para a vida na cidade).

5. Referências

Banachowicz, B. & Danielewicz J. (2004).

Urban Governance: The New Concept of Urban Management. Chicago: University of Illinois.

Doxiadis, C. A. (1968). Architecture in Transition, A comprehensive Greek approach to world housing and city design. (Londres: Hutchinson & Co., Publishers).

Ferreira, M. M. (2001). A Educação para a cidadania em Portugal – Evolução e Tendências Actuais. Discursos , V, pp. 59-66.

GJCMP (2008). Regulamento organico da Camara Municipal da Praia. Deliberação nº23\08 . Praia, Cabo Verde: Camara a Municipal da Praia.

INE (2010). Recenseamento Geral da população e habitação. Praia: Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde.

Maclaren, V. (2004). Urban Sustainability Reporting . In S. M. Beatley, The Sustainable Urban Development Reader (pp. 203-210). London: Routledge.

Nascimento, J. M. (2010). La croissance et le système de gestion et de planification: Un cas d'étude sur la Ville de Praia au Cap Vert (éd. 1). (E. u. européennes, Éd.) Sarrebruck, Land frontier de Sarre, Allemagne.

UN-HABITAT (2004). Urban Governance Toolkit Series. Nairobi: UN-HABITAT.